ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.----------

----------Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão extraordinária sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, **Primeiro Secretário** José Manuel Gonçalves Domingues e **Segundo Secretário**, Maria de Fátima Pereira de Oliveira Caldeiras. O **Presidente da Mesa** começou por informar os pedidos de substituição, pelo período de um dia, Joaquim Magalhães, eleito pelo PS, pelo período de um dia Maria Mercedes Mendez y Pardo, pelo período de cinco dias, Cláudia Sofia Pereira Castro, pelo período de 5 dias e Pedro Nuno Bastos Freitas, eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre", Ânia Maria Magalhães Teixeira, eleita pelo PSD/PPD, o Presidente da Junta de Freguesia de Medelo pelo seu tesoureiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Cepães e Fareja, pelo seu secretário e o Presidente da Junta de Freguesia de Ribeiros, pelo seu tesoureiro. Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum com a presença de quarenta e nove membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando dezoito horas e trinta minutos.----------

----------Em seguida, solicitou a palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV** para questionar a Assembleia sobre a legalidade da convocatória uma vez que a mesma tinha sido feita ao abrigo do artigo 27ª do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12/09, que nada referia sobre a realização de sessões extraordinárias e a ser uma sessão extraordinária a mesma não cumpria o prazo previsto para a sua realização.------

----------O **Presidente da Mesa** esclareceu que o entendimento da Mesa tinha sido que os prazos eram indicativos e que neste caso, em concreto, se justificava mais tempo uma vez que os assuntos em apreciação eram mais técnico, pelo que não adevinhava nenhuma irregularidade grave em se realizar hoje.----------

----------Solicitou, também a palavra **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"**, para dizer ao Presidente da Mesa que as substituições não careciam de qualquer votação, sendo um direito do Membro da Assembleia. Relativamente a intervenção da deputada Maria do Carmo Castro

Fernandes Cunha, entendia que esta Assembleia não deveria ser extraordinária, mas sim ordinária, não se opunha a realização da mesma. Prosseguiu, dizendo que a irregularidade podia ser suprida se a Assembleia assim o entendesse.----------

----------Solicitou, de novo, a palavra a palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV** para referir que a convocatória tinha sido feita ao abrigo do artigo 27º e não do artigo 28º.----------

----------O **Presidente da Mesa** agradeceu o reparo, e solicitou aos Senhores Deputados para ler artigo 28º onde dizia artigo 27º, no entanto colocou à consideração da Assembleia a continuação ou não da sessão, tendo a mesma aprovado, por unanimidade, a sua continuação.----------

----------Entrou-se no **Período da ORDEM DO DIA.**----------

Ponto um ponto um – Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022.----------

----------Pelo **Presidente da Mesa** foi proposto que a votação deste ponto fosse da seguinte forma: primeiro fazia-se a discussão na generalidade e depois na especialidade, bem como a sua votação.----------

----------Solicitou a palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV** para dizer que as propostas objeto de discussão na especialidade não estavam como ponto na convocatória pelo que não podiam ser votadas.----------

---------Usou da palavra, **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** para dizer que este ponto carecia de três votações, na generalidade, na especialidade e na globalidade, independentemente da discussão ser única.----------

----------Em resposta à intervenção da deputada Carmo Cunha e de acordo com os serviços jurídicos, o **Presidente da Mesa** esclareceu que as propostas que se iam votar, estavam na proposta do orçamento. De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o documento.----------

----------O **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção dizendo que como nota introdutória que o Executivo estava à pouco mais de dois meses em funções. A elaboração do presente documento tinha contado com a sua participação e dos Senhores Vereadores, era um documento muito técnico e feito pelos serviços da Autarquia, nome-

adamente da contabilidade, a quem deixava, desde já um agradecimento pelo trabalho rigoroso. Dizer, também, que o mesmo obedecia a todos os normativos e à legislação que se aplicava nestas matérias e cumpria o equilíbrio financeiro. Prosseguiu, referindo que existia a opção de apresentar o documento após as eleições legislativas, no entanto, tinha sido sempre opção do executivo que o orçamento fosse apresentado por forma a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2022, apesar de ainda não haver certezas e muito rigor relativamente as verbas que viriam a ser transferidos do Orçamento do Estado bem como no que dizia respeito às transferências de competências, principalmente nas áreas da saúde, educação e ação social. Também, estava-se num fase de transição dos quadros comunitários, pelo que não havia grandes certezas sobre os projetos que virão ser financiados, pelo que era intenção, logo no primeiro trimestre do ano, a apresentação de uma revisão orçamental que inclui-se o saldo que virá a transitar e para colmatar algumas lacunas. O orçamento de 2023, esse sim, espelhará com maior rigor aquilo que serão as opções do Executivo e que verdadeiramente se pretendia executar ao longo deste mandato, pelo que o orçamento plurianual será mais rigoroso. Apresentou alguns considerações, valores e princípios que tinham orientado a elaboração do documento, nomeadamente a opção de manter um orçamento solidário principalmente com os mais desfavorecidos, que tinha sido uma marca dos anteriores executivos, reforçando os vários programas existentes, tais como o apoio à melhoria das habitações, o programa da bolsas de estudo, dos transportes ambulatórios, da emergência social, apoio ao arrendamento, que perfaziam à volta de 1 milhão de euros. Outro princípio, prendia-se com a proximidade e subsidiaridade, o que significava que queriam manter a relação de proximidade para ouvir e prestar contas em tudo que faziam. Reiterava a sua total disponibilidade de prestar a esta Assembleia toda a informação necessária para que as votações fossem feitas em consciência. Prosseguiu, dizendo, que pretendia reforçar a colaboração com as Juntas de Freguesia pelos instrumentos de vinham de trás, durante os meses de janeiro e fevereiro iam reunir com todos os Presidentes no sentido de tentar aprofundar ainda mais essa relação. Relativamente ao desenvolvimento do nosso território, um do conceito era a sustentabilidade no desenvolvimento onde havia ainda muito por fazer, pelo que serão muito rigoroso tanto em termos de financiamentos, como em termos ambientais de forma a não condicionar as ge-

rações vindouras. Uma das principais preocupações deste orçamento era o saneamento, havia um investimento que rondava os 2 milhões de euros, esperando poder vir a acrescentar outro tanto durante o mandato, uma vez que ainda não havia uma cobertura de saneamento satisfatória. Prosseguiu, dizendo que, uma das primeiras candidaturas a apresentar tinha a ver com a limpeza, a despoluição e a consolidação das redes hidrográficas dos nossos principais rios tornando os mesmos transitáveis. Relativamente aos vários problemas demográficos existentes no concelho, poderão vir a ser resolvidos muito pela aposta na economia atraindo investimento para o concelho para o efeito tinha reforçado o Gabinete de Apoio ao Empresário com pessoal competente pelo que esperava que ao longo deste mandato fossem bem sucedidos de forma a desenvolver mais o concelho e conseguir fazer com que os jovens obtivessem emprego aqui. Existia, também, uma aposta nas Zonas Industriais, nomeadamente dar um impulso a de Regadas com uma ligação à Zona Industrial de Felgueiras. Também estavam em fase de revisão do Plano Diretor Municipal, esperava que ainda no primeiro semestre terminasse e uma das indicações que tinha dado era que no PDM todas as zonas industriais pudesse vir a crescer de forma a acolher empresas. Outros dos eixos, tinha a ver com a coesão territorial e social que pretendiam, a Câmara tinha acabado de fazer um grande investimento, na área da habitação, no Bairro da Cumieira, já tinha sido iniciado o procedimento para abertura de um concurso para atribuição de 70 habitações. Estava, também, a ser elaborado um Plano Local de Habitação que irá permitir avaliar as necessidades existentes das famílias mais carenciadas. Também, ter habitações a custos controlados disponíveis para os jovens. A nível da transição digital, já havia freguesias que prestavam esse apoio através do espaço do cidadão, pretendia alargar a mais freguesias. Também, estava em fase adiantada para poder definir um programa para a Loja do Cidadão que pretendia instalar no Royal Center, e dessa forma, também, contribuir para a resolução desse problema, estando a fazer pressão para que no primeiro trimestre do próximo ano, se iniciasse a resolução deste problema. Também, alargar os centros de dia a mais freguesias. Relativamente à educação, durante muitos anos tinha estado à frente desse Pelouro, reconhecendo que muita coisa tinha sido feita, tinha sido feito um grande investimento no mandato passado na Escola Secundária e Prof. Carlos Teixeira. Existiam duas lacunas que se premdiam com os pavilhões dessas

escolas, o da Carlos Teixeira estava em fase de análise das propostas, pelo que esperava que brevemente às obras se iniciassem. Relativamente ao pavilhão da Escola Secundária tinham havido já um conjunto de diligências no passado, já tinha pedido uma audiência com a Secretária de Estado, pelo que era uma das prioridades e atendendo que em abril iriam passar competências para os Municípios nessa área, garantiu que não assumiriam nada, sem ter bem definida as obras desse Pavilhão. Também, era preciso dar um impulso para se levar as novas tecnologias até às escolas e ao ensino profissional, eram todas questões para se desenvolver ao longo do próximo ano. Na área da Cultura, iriam fazer uma melhor divulgação dos museus. As atividades anteriores seriam mantidas quer o Rally, quer a Volta a Portugal e o Terra Justa e outras tentando obter-se maior partido económico das mesmas. Será feito um programa cultural semanal por forma a existir um evento por semana, para animar um pouco mais o centro da cidade. Referiu que o orçamento atingia um valor aproximado de 44 milhões de euros, 74 % correspondiam a receitas correntes, 26 % a receitas de capital, tendo prestado informações sobre os respetivos valores. Relativamente às obras, havia um conjunto que transitavam do ano anterior, como a obra da Cumieira que muito em breve ia ser recebida provisoriamente. Toda a zona envolvente deveria estar terminada até meados de março. A reconversão do antigo armazém da estação estava a decorrer a um bom ritmo e, também, as obras nas freguesias. Em breve seriam iniciadas, as obras do Pavilhão da Escolas Carlos Teixeira, com já tinha referido, a reabilitação urbana das Ruas António Cândido, João Crisóstomo, Prof. Oliveira Frade e António Sérgio. Será mantido o investimento no saneamento em diversas freguesias, as limpezas e consolidação das margens dos rios, os protocolos com as freguesias serão mantidos. Pretendiam no primeiro semestre do próximo ano proceder ao arranjo urbanístico das traseiras do Tribunal onde se encontrava o momento da Justiça de Fafe, a ampliação do cemitério que era urgente. Ia tentar acelerar o processo do arranjo urbanístico da Praça José Florêncio Soares. A requalificação da avenida do Brasil e da rua em frente as escolas era também uma prioridade deste mandato. A Casa da Cultura também precisava de ser recuperada, e já estava devidamente assinalada. Prosseguiu, dizendo que durante os próximos mês de janeiro e fevereiro haveria mais clareza e rigor para se poder apresentar candidaturas e, aqui, encaixava se as obras de requalificação da piscina municipal e a acontecer, re-

tardariam o início da construção da nova, depois havia o arquivo, o multiusos, e também, embora não fosse propriedade do Município, o palacete onde funcionava as instalações do Centro de Emprego que também se encontrava muito degradado. Relativamente a eficiência energética, já tinha efetuada duas reuniões com a E-Redes, pelo que já existia um compromisso de investimento no concelho por parte desse empresa. Relativamente ao antigo Mercado Municipal, era intenção deste Município reabilita-ló, dado que a Feira das Coisas que já tinha tomada uma proporção maior, era importante arranjar forma dos produtores fafenses terem a possibilidade de escoar os seus produtos. Terminou, dizendo que de um modo geral este orçamento era a continuidade do que já tinha sido iniciado e que se devia esperar pelas verbas que viriam a ser recebida para, com o desempenho de todos, trabalhar para o desenvolvimento de Fafe.----------

----------Solicitou a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** para dizer que após ter lido atentamente o documento em análise e ouvido o Presidente da Câmara, dizer mal e criticar era muito fácil. Reconhecia várias coisas positivas no Orçamento, mas não poderia deixar de dizer, como Deputado da Assembleia, o que não estava da melhor forma. O Presidente da Câmara assumia que esse orçamento era provisório e propunha fazer lhe uma revisão durante o primeiro semestre do próximo ano ou seja ainda a fecho de contas do executivo anterior, nada de verdadeiramente diferente se via no mesmo, a não ser a afirmação dos princípios gerais, como a transparência e a proximidade mas sem serem caraterizadas. Não havia uma agenda estratégica para apresentar a todos. Prosseguiu dizendo que, era compreensível até certo ponto, o novo executivo tinha abdicado de fazer um orçamento seu, uma vez que a Lei permitia que o mesmo fosse feito até fevereiro. Pela análise dos documentos percebia-se que se mantinha um elevado consumo da despesa corrente que tinha caracterizado o executivo anterior durante os últimos 8 anos.. A despesa com pessoal fixa era de aproximadamente de 28 %, com uma clara tendência para subir, dado os concursos que estavam a decorrer, entendia que devia existir um pouco de cuidado com estes gastos. Não existiam investimentos previstos nas freguesias com a exceção de alguns projetos abrangentes, como o corredor verde ou as situações da zonas industriais, para além dos protocolos que já vinham dos anos anteriores, pelo que esperava um pouco mais, talvez obras de grandes expressão da

responsabilidade da Câmara mas executadas na freguesia. Existiam algumas de fatco, a freguesia de Fafe era o exemplo. Prosseguiu dizendo que importava aqui referir a intenção programada para a transformação digital, embora ainda estivesse um pouco séptico, uma vez que era um assunto que já vinha sendo apresentada à alguns anos. Relativamente à Piscina, uma vez que a antiga ia ser reabilitada, questionou o Presidente da Câmara sobre a construção da nova piscina. Teceu algumas considerações sobre o contencioso da Câmara, sendo um valor que rondava os 8 milhões de euros, nunca a Câmara tinha tido um valor tão elevado, ainda bem que alguns processos já tinham sido resolvidos, pelo que era importante continuar a resolver esses assuntos. Finalizou dizendo que era um orçamento do executivo anterior, pelo menos assim o parecia, e sempre tinha sido a posição do Grupo Parlamentar **"Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** a da abstenção.----------

----------De seguida, usou da palavra **Rui Manuel Carvalho Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** que iniciou a sua intervenção dizendo que ao consultar a proposta de orçamento apresentada surgia o valor total aproximado de 1,3 milhões de euros para a requalificação do pavilhão da Escola Carlos Teixeira. Nesse sentido, reconhecendo o investimento elevado proposto e conhecendo a necessidade urgente de infraestrutras desse âmbito no concelho, perguntava ao executivo se esse investimento poderia ter sido menor e se poderia ter sido aproveitado alguns apoios disponíveis, caso a obra tivesse avançado mais cedo. Prosseguiu dizendo, que dentro do mesmo âmbito, o Primeiro Ministro tinha visitado as nossos escolas no final da requalificação de ambas e tinha anunciado que iam avançar para a requalificação do pavilhão da Escola Secundária, dando a entender que haveria noticias em breve. Passado dois anos, continuava-se a não ter qualquer novidade sobre esse assunto e havia um novo governo daqui a um mês, sem que o pavilhão tivesse sido objeto de intervenção. Ainda sobre o pavilhão da Escola Secundária, tinha sido publicada em Diário da República uma resolução do Conselho de Ministros que aprovava uma verba aproximada de 300 milhões de euros no âmbito do contrato programa com a empresa Parque Escolar para a realização de obras as escolas. Será que Fafe, ia aproveitar esse reforço para fazer face ao também urgente investimento na Escola Secundária ou ia se perder mais essa oportunidade. Finalizou, para transmitir a esperança de todos os Fafenses

nesse novo executivo, em especial na área do desporto, e a confiança de uma nova visão e de uma nova energia para um sector que bem precisava. Os Fafenses queriam ver passar as promessas de investimento, nomeadamente em infraestruturas, e os projetos de gaveta para uma dinâmica visível e efetiva, com estratégia e impacto positivos na sociedade e contavam com o executivo para isso.----------

----------De seguida usou da palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV** , para dizer que no documento em questão, analisadas as linhas orientadoras do mesmo, logo se aperceberam que muitas eram as palavras simpáticas que lá constavam. Gostaria de saber qual era a resolução dos reais problemas que afetavam os Fafenses e quais eram os eixos estratégicos propostos. Prosseguiu, dizendo que, nesta fase analítica, a sua expectativa estava elevadíssima, e estavam todos a pensar que era agora que tinham a verdadeira solução para os problemas de Fafe e dos Fafenses. Afinal, ainda não era agora que seriamos o melhor dos sítios para se viver, trabalhar, estudar e visitar, quer na cidade e muito menos nas freguesias que a rodeavam. Teceu alguns comentários. Estavam perante um Plano e Orçamento que sabia a pouco, era um orçamento para não se dizer que não havia orçamento, muito semelhante ao do ano passado, conforme dito pelo Presidente da Câmara. Quanto à sustentabilidade e ao desenvolvimento, referia o documento em apreciação, onde se pretende crescer e desenvolver de modo multidimensional e plurissectorial, com vista à qualidade de vida e à felicidade dos que viviam no concelho de Fafe, sendo estes o fim e o princípio de tudo. Valorizava a reabilitação da rede hidrográfica, o investimento no saneamento deixava muito a desejar para um concelho que se quer como um dos melhores sítios para se viver. Prosseguiu dizendo que, a criação da denominada Praça da Justiça (nas traseiras do Tribunal), que no estado de degradação em que se encontrava, nos envergonhava a todos. Quanto à implementação de um projeto de mobilidade SUAVE, denominado *Bike Sharing*, que, segundo era referido, iria melhorar a mobilidade na cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a diminuição do ruído e da poluição sonora e para a melhoria da qualidade do ar. Com essa descrição parecia que se ia resolver os problemas de mobilidade e de poluição no concelho, mas era uma falácia. Estavam a começar a casa pelo telhado, sem uma estratégia definida, sendo necessário, em seu entender, criar primeiro uma rede ciclável que pudesse ligar a cidade a diversos pontos do conce-

lho e depois implementar o referido projeto. No domínio da mobilidade, para um concelho que se queria como um dos melhores sítios para se viver, trabalhar, estudar e visitar, quer na cidade, quer nas 25 freguesias que a rodeiam, muito havia a fazer. Teceu alguns comentários relativamente aos transportes públicos. Referiu, ainda, que os transportes públicos além de terem um papel fundamental para a descarbonização, eram também fundamentais para a integração e coesão do concelho, definida pelo executivo como um eixo estratégico que devia estar presente em todas as áreas do Município. Ora, na área dos transportes públicos, claramente nem se vislumbrava a valorização dos mesmos. No domínio das políticas ambientais e de transportes, era claro que o executivo não tinha uma estratégia definida. Para que os Fafenses passassem a alterar os seus hábitos e fossem parte ativa na mudança que se queria ao nível ambiental, estes tinham de ter a oportunidade de escolher entre o veículo automóvel e o transporte público. Para o desenvolvimento da economia local, era referido que se pretendia atrair investimento tendo como prioridade a criação de empregos de qualidade, capazes de atrair jovens, neste momento, os mais qualificados de sempre, mas não se entendia de que forma esta medida ia ser concretizada. Se fosse com as medidas propostas, contrariamente ao que se referia, não se vislumbrava a referida nova ordem económica em Fafe, apesar de considerar positivas algumas das medidas propostas para as zonas industriais do concelho, e desejar que não fosse mais uma vez, orçamentadas mas não se concretizadas. Quanto à iniciação do projeto para a construção do Centro Oficial de Recolha Animal (CRO), pela sua importância e necessidade, só desejavam que o mesmo não demorasse tanto tempo a ser construído como demorou a construção do Canil Municipal, sugerindo-se que, face a esta previsão de construção do CRO de Fafe, se iniciasse concursos de contratação de médico ou médicos veterinário(s) e respetivos assistentes para que não tivesse, mais uma vez, de se recorrer a um contrato de prestação de serviços, tal como se fazia para a aquisição de serviços de consultoria no âmbito da gestão de recursos humanos e implementação do RGPD, para aquisição de serviços para a revisão do PDM ou ainda para os serviços de vigilância privada da feira semanal, entre muitos outros que se iam concretizando à medida que as necessidades apareciam. Já quanto à dinamização do comércio e serviços, tinham sérias dúvidas que um evento como o Terra Justa, orçamentado em quase cem mil euros, trouxesse qualquer

tipo de recuperação do protagonismo de setores do concelho e mesmo grande dinamismo ao comércio local. Ainda estavam por provar as vantagens deste evento. Nas questões da integração e coesão, mais uma vez tinham um orçamento pouco ambicioso em áreas como a habitação e a educação onde também não se vislumbrava na proposta em análise qualquer medida para que se garantir a universalização da oferta pública da rede de educação pré-escolar, garantindo a frequência a partir dos três anos a todos os alunos e, face à recente aprovação de legislação relativa à gratuitidade das creches, o devido impulso à criação de uma rede de creches públicas. Sendo o apoio ao setor primário imprescindível, designadamente apoiando iniciativas que visem a criação de mais valor à produção tradicional e/ou à atividade de transformação dos produtos produzidos, não se via na proposta em apreciação medidas para o efeito, tal como não constavam quaisquer referências aos pequenos produtores, no seu esforço de manutenção e desenvolvimento da sua atividade e na sua procura de soluções de produção e distribuição, de forma a contribuir para garantir a continuação da sua atividade, o que se lamentava. O que a Câmara propunha era um valor superior a um milhão de euros para promoção do Município e cerca de cem mil euros para projetos de dinamização do comércio e agricultura locais. Potenciado pela situação pandémica que vivamos, o aumento exponencial do autocaravanismo era uma realidade de nível mundial, por isso, lamentavam que não estivesse prevista para 2022 a criação de estações de serviço para autocaravanismo, tanto pela importância que teriam na promoção turística do concelho, a que a proposta de orçamento em análise tantas vezes se refere, como pelo custo pouco avultado que era necessário para a sua concretização. Prosseguiu dizendo que, na despesa corrente verificava-se um aumento da despesa, justificado pela transferência de competências do Estado Central para a autarquia. Com essa transferência de competências claramente poderiam estar em causa o acesso a direitos universais, constitucionalmente consagrados, como o Direito à Saúde ou à Educação, dando-se um contribuindo, na sua opinião, para a criação de clivagens ainda maiores a nível nacional. Também iam estar aqui para ver quais serão as verbas transferidas para a assunção destas competências, e se os meios iam ser colocados ao dispor das autarquias para o efeito, ou se a míngua da disponibilidade financeira será ainda maior. Constatava-se também que a despesa com encargos energéticos, de eletricidade e ou-

tros combustíveis quase tinha duplicado. Portanto, o aumento de cerca de 800 mil euros deste orçamento em relação ao do ano transato eram completamente absorvidos pela quase duplicação da despesa com energia. Relativamente ao Estatuto do Direito de Oposição, aquando da sua audição, foram apresentadas diversas propostas, as quais não vislumbravam nesse orçamento, nomeadamente nos termos em que tinham sido propostas. Apesar de ter sido cumprida esta imposição legal, verificava-se que agora, como antes, continuava tudo na mesma. Exemplo de continuidade eram as obras de remodelação da piscina ou de construção de uma nova piscina, que há décadas estavam orçamentadas, mas não saiam do papel. Percebendo-se, mais uma vez, que assim continuará, o que aliás era confirmado pela recente posição pública do Presidente da Câmara neste domínio. Por todas estas razões e muitas mais que aqui se podiam trazer, votaram contra esta proposta de plano e orçamento.----------

----------Foi dada a palavra a **Ricardo Jorge Alves Fernandes, eleito pelo PS**, que começou a sua intervenção dizendo que o orçamento municipal era um instrumento para a concretização da política dos executivos camarário, nesse sentido o documento apresentado pelo executivo do Partido Socialista era um orçamento responsável que não só garantia a sustentabilidade financeira do Município de Fafe, como também promovia a coesão social, protegia o ambiente e potenciava a economia e o emprego. Era, também, o orçamento que concretizava o compromisso eleitoral do PS para com os Fafenses. Era um documento assente na linha de continuidade das políticas socais, designadamente, no melhoramento das condições de habitabilidade das casas das famílias desfavorecidas, no apoio com bolsas de estudos, transportes e refeições para estudantes mais carenciados, na conclusão das obras do Bairro da Cumieira que irá permitir ao Município disponibilizar 70 habitações com rendas controladas. Era, também, um orçamento com grande preocupação ambiental, a reabilitação da rede hidrográfica do concelho com a construção do corredor verde do Rio ferro com a ligação do Parque da Cidade à Barragem de Queimadela, pelas suas margens, bem como a reabilitação das margens do Rio do Bugio. O melhoramento da eficiência energética dos edifícios camarários e da iluminação urbana, o esforço significativo para aumentar a taxa de cobertura da rede de saneamento, eram marcas da consciência ambiental deste executivo. Prosseguiu dizendo que a aposta na cultura, no desporto e na promoção turística do

concelho como meio de afirmação da marca Fafe e, também, da marca Justiça de Fafe, através de eventos como a Terra Justa, a Volta a Portugal em Bicicleta, o Raly de Portugal, o Europeu de Raly e o Festival da Vitela Assada à Moda de Fafe, davam a conhecer melhor o que de melhor se fazia e o que se tinha no concelho. Era um orçamento para as pessoas com um desagravamento de impostos nomeadamente o IMI para as famílias mais numerosas, o IRS com a redução de 2 pontos percentuais para todos as pessoas com domicílio fiscal no nosso concelho. Também, era um orçamento para as empresas e a atração de investimento, com a isenção da derrama para as empresas que tenham um volume de negócio inferior a 150 mil euros, o reforço do Gabinete de Apoio ao Empresário, a criação da Zona Industrial de Regadas e inicio do procedimento para ampliação das Zonas Industriais do Socorro e de Arões, o que irá a capacitar o concelho de melhores infraestruturas e atrair investimento, criar empregos e melhorar as condições de vida dos Fafenses. Era um orçamento virado para o futuro e para a transição digital, queriam cobertura de rede móvel em todo o concelho, também queriam estar na linha da frente da cobertura 5G e deste modo conseguir captar investimento tecnológico. Continuara à investir na educação através da capacitação tecnológica do Parque Escolar e na requalificação do Pavilhão da Escola Carlos Teixeira. A nível de acessibilidades, destacavam se investimentos com a requalificação dos principais acessos internos, reforço da rede viária, mas, também, a continuação de transferências para as freguesias ao abrigo dos protocolos de obras. Prosseguiu dizendo que era um documento ambicioso e responsável que não tinha esquecido a situação pandémica que se estava a viver, assegurava a sustentabilidade financeira do Município, garantido margem para respostas que viesse a ser necessárias. Por fim, pelos pressupostos resumidos , os eleitos do PS irão votar a favor as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022 por terem a consciência do que este documento tinha ambição de desenvolvimento e qualidade de vida dos seus munícipes e apontava um caminho a seguir no futuro a curto e médio prazo, aproveitando o enorme capital humano, cultural, histórico e patrimonial.----------

----------Foi dada a palavra a **Pedro Manuel Lopes Magalhães, eleito pelo PSD-PPD** para dizer que em meados de junho de 2018, a Juventude Social Democrata tinha denunciado a falta de condições em que se encontravam os pavilhões das Escolas Prof. Carlos

Teixeira e Secundária, já tinham passado 3 anos. Teceu vários comentários políticos. Prosseguiu dizendo que, a luz do que estava no orçamento, o Município iria assumir ambos os pavilhões, pelo que se estava perante uma clara falha do governo socialista para com o Município de Fafe, os seus munícipes e os jovens que frequentavam essas escolas. Também, estava prevista a construção de mais dois pavilhões gimnodesportivos, pretendia saber onde se iam situar. Prosseguiu, referindo-se a gratuitidade das creches paras as crianças dos 6 meses ao 3 anos de idade, tendo o PSD apresentado um proposta que o Presidente da Câmara tinha em sua posse, pelo que pretendia saber se os Fafenses iriam contar com esse apoio. Relembrou, o problema demográfico que existia no concelho. Abordou, também, o ensino profissional que não era referido no orçamento, entendia que estava na hora do Município criar sinergias com as instituições de ensino local, fazendo uma fusão entre as necessidades e os cursos profissionais existentes, procedendo aos ajustes necessários. A atração de investimento, também se fazia através da atração de inovações, os concelhos tinham cada vez mais um papel preponderante, não só na atração, mas também na fixação de jovens e de empresas. Questionou o Presidente da Câmara sobre a importância de uma incubadora de empresas para atrair jovens. Teceu vários comentários sobre o assunto. Por fim, gostava de ouvir o Presidente da Câmara falar da Casa da Juventude, não tendo ate à data existido qualquer atividade, dinamização ou promoção do espaço.----------

----------Foi dada a palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD-PPD**, para dizer que em termos gerais as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentavam grandes debilidades no que dizia respeito à capacidade do Executivo planear a vida do Município. As grandes opções do plano não estavam refletidas no orçamento, sendo evidente que o mesmo tinha sido elaborado de um modo mecânico. Começando pelas linhas orientadoras do programa de governação do concelho, o Executivo apresentava um entendimento deficitário do que era a missão da Autarquia Local e a sua visão do concelho. Prosseguiu dizendo que, a missão das Autarquias Locais já estava definida no Regime Jurídico das Autarquias Locais e a visão devia ser centrada no concelho, ou seja, como era visto o concelho num futuro e não na Câmara Municipal conforme estava vertido na proposta. Os valores e os princípios, também, careciam de uma revisão, nomeadamente o da coopetição, da proximidade e subsidiaridade e da inovação, uma

vez que não se enquadravam como valores ou princípios. As medidas do Plano de Atividades que vinham do anterior executivo tinham sido encaixadas de uma forma forçada nos eixos estratégicos da sustentabilidade e desenvolvimento, desenvolvimento da economia local, integração e coesão, criatividade e qualificações, atratividade e transformação digital. Os eixos em si, também, tinham diferenças granularidades e ate se sobrepunham entre si, não eram de todo complementares, por exemplo e a bom rigor, se se considerar o primeiro eixo de sustentabilidade e desenvolvimento, só esse englobava os restantes. Neste Plano, também, encontrava-se apenas duas novas medidas que eram as bicicletas partilhadas e o plano de transformação digital, com orçamentos absolutamente residuais. Teceu vários comentários o documento. Finalizou, dizendo que o Grupo Parlamentar do PSD-PDD considerava o documento em apreciação uma mera continuidade dos executivos PS anteriores e que não correspondia as necessidades da sociedade fafense, continha apenas pequenas alterações, pelo que tinha ficado muito aquém do que se esperava de um novo executivo, que deveria trazer ideias novas que respondessem aos desafios atuais de globalização, resiliência, transição climática e transição digital. Posto isto, o sentido de voto será a abstenção.----------

----------Usou da palavra Ricardo **Jorge Lobo Matos Soares Fernandes, eleito pelo PSD-PPD**, para dizer que após a leitura das Grandes Opções do Plano definidas pelo Executivo, a esperança de uma nova estratégia para o concelho Fafe apontada no discurso de tomada de posse saiu amplamente defraudada, um deceção. O documento revelava os dois planos de intervenção política para o mandato que agora se iniciava que eram: primeiro o Plano Plurianual de Investimentos que revelava os projetos e ações de investimentos previstas para o mandato e segundo o Plano de Atividades Mais Relevantes que dizia respeito às atividades que foram identificadas com relevância estratégica. Como missão pretendia-se que Fafe, no conjunto das suas 25 freguesias, fosse dos melhores dos sítios para se viver, trabalhar, estudar e visitar, garantir aos seus cidadãos a melhor qualidade de vida possível, mas pretendia fazê-lo e concretizar no final do mandato. Era notória a falta de ambição de efetivar a concretização de um verdadeiro desígnio para o concelho. Prosseguiu dizendo que, conseguir o que era possível, era apenas comparecer no cargo e se no início de um percurso, o compromisso era apenas com um sucesso possível, então apenas a derrota estava garantida. Numa guerra em

que missão estratégica não era clara, objetiva e se ambicionava uma verdadeira vitória, era uma guerra perdida, pois ninguém acreditava no sucesso dessa missão. Por outro lado, dizer apenas que a missão de fazer de Fafe a melhor terra do Mundo era irrealizável até no final do mandato, a missão não seria certamente cumprida e por isso a estratégia terá falhado, como o tinha até agora. Prosseguiu, dizendo que era vontade do Executivo querer que a Câmara Municipal fosse uma organização moderna, dinâmica e rigorosa com uma gestão inteligente e transparente, na qual todos os Fafenses, independentemente das suas convicções políticas, se revissem com orgulho e participasse na vida do Município. As pessoas de Fafe não podiam ser a essência da Câmara, mas sim da identidade e distinção de todo este concelho. O território onde viviam e trabalhavam não podia estar reduzido à ação de um órgão autárquico como era a Câmara. Numa frase, a Câmara não podia reivindicar para a si os Fafenses e Fafe, e definir isso como a sua visão de governação. Essa visão representava precisamente a falta do sentido de uma visão, isto era, não identificava como este executivo pretendia ver Fafe no final do mandato. A visão, que como a palavra ensinava, era a capacidade de ver um propósito concretizado, um caminho traçado, uma imagem de sucesso do trabalho desenvolvido, o resultado do sentido estratégico que tinha sito adotado. Ficavam sem saber como o Presidente da Câmara e a sua equipa de Vereadores como pretendiam ver o nosso concelho no final deste mandato. Talvez não a tinham, e irão assistir a mais quatro anos de uma gestão política apenas voluntariosa, de navegação à vista e sem um propósito de efetiva melhoria do rumo do concelho. Talvez a tivesse, mas, como sempre, não tinham a coragem de se vincular a ela e responder pelas ineficiência e incapacidade de a concretizar. A Missão e Visão expostas serviam para Fafe ou para qualquer outro concelho. E se havia algo essencial no pensamento estratégico era precisamente a força da sua capacidade diferenciadora relativamente ao contexto em que se insere, como elemento competitivo. E isso, inelutavelmente, faltava a este documento. Numa freguesia a escassos 7 km da vila de Fafe, nascia em 1873, pela iniciativa de um fafense, José Florêncio Soares, a Fabrica de Fiação de Algodão do Bugio. O pequeno rio Bugio, uma pequena queda de água de 21 metros, aproveitada por duas turbinas, e o espírito empreendedor de um homem desta terra, constituiu um marco de inovação e empreendedorismo na indústria algodoeira da época, movida a

energia hidráulica e em oposição às máquinas movidas a vapor que integravam a indústria da época em cidades como Guimarães ou Porto. Aquela unidade empregava 80 raparigas até 15 anos de idade, que ganhavam entre 80-100 réis; 30 raparigas entre 15 a 25 anos, com salários entre 110 a 150 réis; 20 rapazes, a 160 réis; 20 homens, a 300 réis; e um mestre inglês que dirigia tudo ganhava 1200$000 réis. Pela mão de um homem de Fafe, numa freguesia de Fafe, dando emprego em Fafe, com a presença de conhecimento técnico internacional, recorrendo a energia inovadoras e mais limpa, surgiu, aqui, uma das primeiras unidades do cluster têxtil do Vale do Ave surgido no sec. XIX. Invocava este episódio da história e do crescimento de Fafe, para afirmar que era possível ser diferente e ter mais ambição, do que a manifestada neste documento. Terminou dizendo que, ainda havia quem afirmasse me que tinha sido também com o dinheiro desse projeto empresarial que, meio século depois tinha sido possível inaugurar esta casa de espetáculos pela mão do seu neto José Summavielle Soares. Prosseguiu dizendo que a sua presença e possibilidade de intervir nesta assembleia, nesta casa, era um grande motivo de orgulho. Tinha sido no princípio dos anos noventa que, uma meia dúzia de adolescentes, sendo ele um deles, despoletaram um movimento social denominado "Todos pelo Cineteatro" que tinha uma missão clara, objetiva e ambiciosa, à data. E essa missão era salvar o Cineteatro de Fafe. A atual Vereadora Paula Nogueira, tinha surpreendido todos com uma presença no programa de rádio que fazia com o proprietário desta casa e que afirmava perante a indiferença do Executivo Camarário à data, que este edifício era um barracão sem qualquer interesse arquitetónico e histórico. Faça-se a devida homenagem a José Ribeiro que, já no seu mandato tinha a visão da importância deste edifício enquanto elemento diferenciador do nosso concelho e concretizou o cumprimento definido por aquele grupo de adolescentes cerca de 10 anos antes, sendo o Cineteatro salvo e hoje estavam todos orgulhosos de estar aqui e poderem mostrar esta joia do nosso património. Acerca do ponto 3 deste documento, eram enunciados os eixos estratégicos. Após uma introdução trivial sobre a economia pós-industrial a predominância da internet e tecnologias digitais e as atividades criativas, a produção do conhecimento, as indústrias do lazer e a globalização transformariam a indústria tal como era conhecida e que tinha sido dominante na área económica a partir do século XVIII até ao fim do século XX. Este executivo propunha-se

atrair investimentos, tendo como prioridade a criação de empregos de qualidade, capazes de atrair os jovens, hoje os mais qualificados de sempre. Tinha ficado na expectativa sobre as atividades relevantes que se propunham realizar para a concretização dessa tarefa. Ou seja, para além da intenção manifestada de iniciar processos de melhoria e concretização de um projeto imobiliário em zonas industriais, as atividades relevantes saldavam-se por 4 eventos, anuais, os mesmos do passado, já implementados, com os resultados já conhecidos, sendo que dois deles era a Volta a Portugal e Rally de Portugal. E a "via verde" do investimento não podia e nem devia ser considerada como uma atividade relevante, pois não era mais do que o cumprimento de uma atividade básica do município que era de dar resposta aos munícipes em tempo útil às suas pretensões e necessidades, quer fossem investidores ou não. Continuou, dizendo que a deceção era a palavra que lhe ocorria, não havia novidade, nem inovação e, como já estavam habituados em Fafe, também não havia resultados. E a maior deceção era a marca de um plano que assentava apenas na continuidade de uma gestão camarária do passado que era feita sem sair dos Paços do Concelho, sem ouvir os empresários da indústria que empregavam milhares de pessoas; sem ouvir os empresários do comércio local, asfixiado por o garrote apertado por uma cintura urbana povoada de grandes superfícies do retalho alimentar aqui no concelho e com a concorrência dos grandes centros comercias instalados em Guimarães, Braga e Porto. Sem refletir minimamente naquilo que era a cultura, a tradição, o conhecimento diferenciador próprio do nosso concelho, designadamente, no domínio da indústria algodoeira, criando bons fios, bons tecidos, bons padrões, assumindo dessa forma preponderância na indústria da moda, revisitando o espírito de José Florêncio Soares, um homem que sempre amou o trabalho. Faltavam as iniciativas de divulgação do concelho para propiciar a prometida aposta no setor do turismo, que locais, edifícios, estórias e histórias seriam o motor dessa divulgação, qual era o lugar do turismo cultural e religioso nesse domínio e como pretendia potenciar no turismo desportivo em consequência das provas motorizadas e de ciclismo. Colocou várias perguntas, tais como, sobre a forma de aproveitamento da iniciativa da "Vitela à Moda de Fafe", como pretendia diferenciar lá, potenciar o impacto da mesma na atividade pecuária do concelho. Terminou dizendo que havia tantas pessoas, empresas, coletividades que podiam ser envolvidas, motivadas a

participar, a gerar ação, criar riqueza, e tão pouca ambição, inovação e compromisso de trabalho. Embora não fosse o seu desejo, mas antecipava que, seguramente, que com a missão enunciada pelo Presidente da Câmara, dentro de quatro anos, Fafe estariam exatamente na mesma e seriam mais quatro anos perdidos.----------

----------De seguida, foi dada a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** para dizer que o Plano e Orçamento apresentado não era nem mais do que o fecho das contas do Executivo anterior, alias o que era assumido pelo Presidente da Câmara ao dizer que no 1º semestre de 2022 iria apresentar uma revisão ao mesmo para correção das falhas. Pelo que teria sido preferível, no seu ponto de vista, que o Executivo governasse com o orçamento por duodécimos, dentro da lei, e apresentasse nessa altura o seu orçamento que, como todos sabiam, seria sempre muito condicionado pelos compromissos que vinham do executivo anterior. Mas nesse caso, todos os presentes podiam ter um pouco mais da visão daquilo que o executivo tinha para este mandato porque, verdadeiramente, tirando umas generalidades que aqui eram ditas, umas louváveis e outras enunciadas que resultavam da própria lei, seria importante saber como iam ser concretizadas. Sugeriu que, relativamente à eventual instalação da Loja do Cidadão no Royal Center, que fosse ponderado um entendimento de modo a que o Centro de Emprego, também , pudesse lá funcionar, alias entendia que se devia concentrar mais serviços nesse edifício. Gostaria de saber em que estado tinha encontrado a Câmara ou seja como estavam os serviços e a sua organização e em termos financeiros. Relativamente aos eixos, falava numa agenda estratégica mas era preciso saber como ia ser feita e quem ia fazer. Este documento não falava nem em cultura, nem em desporto, nem em juventude, tinha pouco ambiente. Sobre as transferências do estado e dita descentralização, entendia que era um desastre e tinha sérias dúvidas se as mesmas se concretizassem. Prosseguiu dizendo que gostaria de sugerir ao Executivo que, aquando da revisão, ponderasse uma revisão da estratégia de recolha de resíduos, dando mais informação ao cidadão para que não acontecesse como em alguns locais haver lixo depositado fora da hora da passagem da recolha e sobretudo modernizar a recolha dos mesmos. Já aqui tinha sido referido e era uma marca dos executivos anteriores, o aumento da despesa corrente, despesa com o pessoal e o consumo excessivo de gastos correntes, acredita-

va que o Presidente da Câmara ia tentar reduzir a mesma. Verificava, também, que a pandemia tinha tido um efeito neutro nas contas do Município, talvez as festas que não se realizaram tivesse compensados os gastos que tinham havido. Insistia, também, em dizer que não havia nesse orçamento investimento nas freguesias, salvo aquilo que decorria das pequenas intervenções feitas através dos protocolos, entendia haver carências na freguesias que só a Câmara teria condições para as suprir. Referiu-se, também, ao enorme contencioso que a Câmara herdava, pelo que esperava o o mesmo fosse resolvido. Terminou, dizendo que iria desempenhar as suas funções com a maior responsabilidade, dando o seu contributo para que o concelho se desenvolvesse mais.----------

----------Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos:----------

- Relativamente a despesa com o pessoal, conforme constava do respetivo quadro, a despesa para o ano de 2022 era inferior à do ano anterior, no entanto era uma rubrica que tentaria a aumentar, fruto das transferências de competências que a Câmara iria assumir em abril;----------

- Sobre as obras nas freguesias, existiam pelo menos 9 ações e também estavam previstas reparações nas redes viárias do concelho;----------

- No que dizia respeito à construção da nova piscina ainda não tinha o orçamento final em cima da mesa, mas o seu custo apontava para os 3 a 4 milhões de euros, pelo que a questão era saber se haveria disponibilidade financeira para executar uma obra dessa natureza. Tinha referido que se por ventura houvesse a possibilidade de haver verbas dos fundos comunitários para a certificação energética e, se fosse possível, ir buscar financiamento de forma a permitir a requalificação da piscina municipal , o faria e seria de fazer uma reflexão sobre se valaria a pena a construção da nova piscina;----------

- Relativamente ao contencioso da Câmara, procurará ao longo do mandato resolver a situação e tentar evitar no futura constrangimentos dessa natureza;----------

- Sobre os Pavilhões Gimnodesportivos, o da Escola Carlos Teixeira tinha como valor um milhão e trezentos mil euros, achava um valor muito elevado para a recuperação de um edifício existente, relativamente ao da Escola Secundária existia um histórico de compromissos por parte da Administração Central, ainda não tinha tido a oportunidade de

se sentar à mesa com os atuais governantes, mas era ao Governo a quem cabia a execução dessa obra e não a Câmara;----------

- Relativamente à intervenção da deputada Maria do Carmo Cunha, tinha lido com muita atenção o documento que tinha feito chegar à Câmara, existiam assuntos que, embora não na expressão que desejavam, estavam vertidos no orçamento;----------

- Sobre as creches, a Câmara já tinha sinalizado à Segurança Social a disponibilidade para se poder avançar com creches públicas. Relativamente ao Pré-Escolar a taxa de cobertura no nosso concelho era bastante elevada. Sobre o ensino profissional, sempre tinha havido uma grande articulação nas ofertas profissionais e eram dialogadas entre o IFEP e a Escola Secundária para se fazer a opção ente termos de candidatura dos cursos a funcionar. Estava, neste momento, a decorrer num parte da Escola de Trânsito, em colaboração com a firma Lingote formação profissional aos jovens para que possam ter emprego nessa área;----------

- Sobre a Juventude, em janeiro será convocada uma reunião do Conselho de Juventude;----------

- Por fim, relativamente à falta de ambiente no Orçamento, referiu que tinham tido a sorte de em dois meses, poder canalizar investimento em saneamento em 2 milhões de euros, tendo sido feito um protocolo com a APA, fazer a candidatura, apresentada lá para fazer a recuperação das linhas de água.----------

----------Não havendo mais intervenção, o **Presidente da Mesa** colocou à votação o documento, tendo ***a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com dois votos contra e onze abstenções, aprovar.***----------

Deliberou,ainda:----------

Por maioria, com um voto contra e oito abstenções, aprovar:----------

"**1 –** Autorizar a Câmara Municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela assembleia municipal"; ----------

Por maioria, com um voto contra e seis abstenções, aprovar:----------

"2 – Emitir, para efeitos do previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º e nº 4 do artigo 16º ambos da Lei nº 8//2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei nº127/2012 de 21 de junho, autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal, nos seguintes casos:----------

a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no PPI e/ou PAM;--------

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;----------

c) resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas, sem prejuízo do disposto nº 2 do artigo 12º do decreto-lei nº 127/2012 de 21 de junho."----------

Por maioria, com dois votos contra, aprovar:----------

"3.1 - Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no presidente da câmara municipal a assunção de compromissos plurianuais."----------

Por maioria, com um voto contra, aprovar:----------

"3.2 - Que delibere ainda que a Câmara Municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão Deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta." ----------

----------Foi dada a palavra **Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pelo Partido Chega** para apresentar a seguinte declaração de voto relativamente a essa proposta, apesar do investimento em obras que já deveriam ter sidas concluídas pelo anterior executivo, consideravam que o orçamento tinha ficado muito aquém das reais necessidades dos Fafenses. Não tinham sido acautelados minimamente as expectativas dos Empresários face ao período difícil que tinham atravessado, nomeadamente os que tinham sido discriminados no que tocava aos apoios e incentivos financeiros atribuídos pelo Município de Fafe que constituíam uma grande parte do tecido empresarial do concelho, a saber, empresários têxteis, lojistas, setor da construção civil, setor da reparação automóvel, entre outros. Deste modo faltavam, também, ideias e propostas nesse Orçamento para ajudar as populações mais distantes do centro de Fafe, nomeadamente no

que tocava a melhores serviços de telecomunicações com a rede móvel, internet, melhorias na redes viárias e acesso à cobertura de redes de transportes mais eficazes. Também, não existia uma proposta clara quando à educação, se por um lado saudavam a proposta de gratuitidade das creches a todas as crianças do concelho, por lado concluíam que não existiam mais soluções para a melhoria da educação em Fafe. Prosseguiu, dizendo que a captação e formação de pessoal para o concelho era essencial na criação de postos de trabalho, de nada valia criar postos de trabalho, se tínhamos que recrutar pessoal forma do concelho, pelo que era necessário formar e capacitar os Fafenses, principalmente os mais jovens para que as empresas pudessem recrutar pessoal. Não tinha sido criado um plano estratégico, sem verbas para o combate à corrupção, flagelo que assolava o País e muitas câmaras, associações e instituições públicas, pelo que era dever de todos que se encontravam a exercer o poder político preservar pela transparência e combater a corrupção e usurpação de funções. Por último, entendiam que o orçamento não revelava qualquer esforço da parte do Executivo no sentido de reduzir as despesas, o excedente de trabalhadores da Câmara Municipal de Fafe era claro, notório. Pelo que face ao exposto, o Partido Chega iria votar contra este orçamento.----------

De seguida, foi dada a palavra a **José Manuel Martins Ribeiro, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** para apresentar, também, a seguinte declaração de voto: "O Plano e Orçamento apresentado não era mais do que o fecho de contas referente ao Executivo anterior. Isso mesmo era assumido pelo atual Presidente de Câmara, ao dizer que no primeiro semestre de 2022, apresentaria uma revisão do mesmo, tendo implícito que nessa altura apresentaria o seu plano. De fato o despesismo que caracteriza aqueles executivos, os dois últimos, com um aumento galopante da despesa corrente e a incapacidade para fazer investimentos com capitais próprio, antes com sistemático recurso a empréstimos, o que era bem evidente no documento apresentado. As despesas com pessoal aproximavam-se perigosamente do valor de 30%. A dívida de médio e longo prazo crescia a cada ano, reduzindo mais a capacidade de investimento do Município. Registavam, igualmente que o período da pandemia não tinha tido, ao nível da despesa, certamente compensada pela drástica e forçada redução ou não realização das festas que caraterizavam os últimos mandatos, abusando dos

ajustes diretos. Esperam e faziam votos de que o novo Executivo investisse em políticas que contrariassem as tendências despesistas anteriores, para se pudessem aumentar o investimento. Por ora, não havia sinais, de certa forma, compreensivelmente, embora em termos prospetivos e teóricos, já poderia ser dito. Finalizou, dizendo que o Grupo de Cidadões Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre" iria abster-se.----------

----------Usou da palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV,** para dizer que os pontos atrás referido deviam ter constado da convocatória e estar devidamente fundamentados.----------

Ponto um ponto dois – Ponto um ponto dois – Apreciação e votação de proposta de Fixação da Taxa de Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2022;-----

----------Solicitou a palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD-PPD**, aproveitando este assunto, para manifestar a sua preocupação com o facto de grande parte do território do concelho não estar coberto com infraestruturas de comunicações, principalmente nas freguesias a norte. Considerava que o acesso as comunicações, a internet era essencial para o desenvolvimento humano e urbano e que o seu acesso deveria ser universal. Para colmatar essa grave lacuna no desenvolvimento deste concelho, o Grupo Parlamento do PSD pretendia saber se, eventualmente, o Executivo já tinha tentado negociar com as operadoras a instalações de infraestruturas de forma a cobrir todo o território. O turismo, também, era prejudicado pela falta de cobertura.----------

----------O **Presidente da Câmara** agradeceu a intervenção e informou que já tinha tido uma reunião com uma das operadores, e que na sequência da mesma já tinha solicitada as Juntas de Freguesias que lhe reportassem as zonas onde havia falha de cobertura. Prosseguiu dizendo de uma das operadores tinha assumido que, durante o ano de 2022, iria instalar mais 6 antenas no nosso concelho de modo a que no final desse ano houvesse uma cobertura 5G em todo o concelho.----------

----------Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo a ***Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar.***----------

Ponto dois ponto três - Apreciação e votação da Proposta de Mapa de Pessoal e respetivos anexos 2022;----------

----------Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dar conta que não pretendia fazer qualquer reforço ou abrir concursos, a não ser os estritamente necessário na sequência das transferências que poderiam passar o Município.----------

----------Solicitou a palavra **Bruno Manuel da Silva Oliveira, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores "José Ribeiro por Fafe Sempre"** para questionar o Presidente da Câmara sobre o funcionamento dos serviços e se entendia que o pessoal ao serviço era suficiente e se a reorganização que tinha sido feita no mandato anterior precisava de algum ajuste ou não. Solicitou informações, também, sobre os concursos que estavam a decorrer, neste momento.----------

----------De seguida, usou da palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV**, para dizer que não se entendia o porquê da Câmara Municipal recorrer, constantemente, à externalização de serviços, em vez de recorrer à internalização. Entre muitos outros, evocou o exemplo da Polícia Municipal, a quem cabia efetuar a fiscalização da feira semanal, mas que o executivo preferia recorrer à contratação de uma empresa privada. Encontrava se a decorrer um concurso para a contratação de mais cinco agentes, pelo que questionou sobre o facto de os mesmos estarem a ser contratados para exercer essas funções e finalmente se iam deixar de ter uma empresa privada a fazer as mesmas. Questionou, também, o facto da Câmara persistir, permanentemente, na contratação de serviços externos, em vez de investir em recursos humanos próprios, com todos os benefícios que isso acarretava ao nível do Know-How e dedicação. Consideravam que, Fafe necessitava de uma mudança de política para começar a resolver o atraso acumulado ao longo dos anos e se a pretensão era fixar população no concelho, não se podia andar constantemente a recorrer a contratações temporárias para funções e necessidades permanentes que, para além de ficar mais caro, a médio prazo traziam evidentes prejuízos económicos e sociais.----------

----------Solicitou, também, a palavra **Nuno Vasco Moreira Lopes, eleito pelo PSD-PPD** para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD alertava o Executivo para a percentagem elevada da população ativa que a Câmara empregava, que era cerca de 2,7 % e , também, para o elevado número de unidades organizacionais, uma vez que lendo a missão de cada uma delas encontrava-se vários sobreposições o que podia levar a gerir confli-

tos, pelo que era importante olhar para a eficácia desses serviços. Pelo que pretendia saber a posição do Executivo quando a uma eventual reorganização.----------

----------Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que tinha encontrado um conjunto de funcionários e técnicos competentes, motivados e disponíveis, pelo que ia manter a organização como estava. Relativamente aos concursos que estavam a decorrer, não tinha dado nenhuma indicação, pelo que estavam de decorrer de forma normal.----------

----------Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a ***Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e dezoito abstenções, aprovar.***---------

----------Foi dada a palavra **Gilberto Vítor Cunha Nogueira, eleito pelo Partido Chega** para dizer que, apesar de ter conhecimento da transferência de novas competências para as Câmara, entendia que já existia um claro e acentuado excedente de trabalhadores. Entendia que o Município devia procurar reestruturar e reorganizar as atribuições e competências dos trabalhadores já contratados ao invés de abrir novos concursos, pelo que iriam votar contra a proposta referida.----------

Ponto um ponto quatro - Apreciação e Votação da Proposta de Alteração ao contrato Inter-Administrativo de Delegação de Competências no âmbito do Serviço Público de de Transporte de Passageiros;----------

----------Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** explicar o documento dizendo que a Câmara tinha delegado na CIM esta competência, afim que a mesmo pudesse prestar o serviço à população de todos os concelho que lhe pertence. Conseguindo, dessa forma, melhores preços. Dessa transferência não constavam qualquer encargo para as Autarquias, pelo que face as recomendações do Tribunal de contas tinha que se alterar a cláusulas por forma aos Municípios passar a ter uma verba inscrita.----------

----------Usou da palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV,** para dizer que quanto a essa proposta não estavam contra a Adenda/Alteração da Cláusula 12.ª do contrato, até porque se estava a cumprir uma exigência do Tribunal de Contas, no entanto, não podiam deixar passar essa oportunidade para recordar que a opção de Delegação de Competências não defendia o Serviço Público de Transportes, como o provava a fraca cobertura transportes públicos que existia no concelho, lamentavam também que não se tivesse aproveitado essa oportunidade para implementar um passe inter-municipal. Assim, iam abster-se na votação.----------

----------Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a ***Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar.***----------

Ponto um ponto cinco – Apreciação e votação de Proposta de Lista de Juízes Sociais.----------

----------Usou da Palavra **Maria do Carmo Castro Fernandes Cunha, eleita pelo PCP-PEV,** para dizer que nos termos do artigo 36.º, do Decreto Lei n.º 156/78 de 30 de junho, as listas eram votadas pela Assembleia Municipal e remetidas, durante o mês de junho, ao Conselho Superior de Magistratura e ao Ministério da Justiça. Portanto, perante este dispositivo legal, suscitava dúvidas sobre se esse ponto era apenas de votação ou se o era também para apreciação. Aliás, como era que se poderia apreciar a lista de Juízes Sociais se a seleção não era feita por esse Órgão. Portanto, parecia-lhe que a convocatória, mais uma vez, padecia de um lapso, que provavelmente, de novo, não era de quem a assinava, e este ponto deveria ser alterado para mera votação e não para apreciação. Pelo que, decidindo essa Assembleia em função do que ora se propunha, votariam a favor. ----------

----------Após consulta dos Serviços Jurídicos, o **Presidente da Mesa** informou que a Deputado Carmo Cunha tinha razão, e que o ponto seria apenas para votação.----------

----------Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, tendo a ***Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.***----------

----------Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade**.----------

----------Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte horas e trinta minutos, do dia vinte e trinta de dezembro de dois mil e vinte e um.----------

----------E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.----------